

**Os textos instrucionais e suas armadilhas enunciativas:
como a Teoria dos Atos de Fala pode evidenciar a
percepção dos sentidos nos gêneros receita,
bula, manual e contrato jurídico¹**

Instructional texts and its enunciative traps: how the Theory of Speech Acts can show the perception of senses in the genders cooking recipe, manual, medicine instructions and legal contract

Hilma Ribeiro de Mendonça FERREIRA*

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO – UERJ/BRASIL

RESUMO

O presente artigo objetiva mostrar as diferentes apresentações das instruções nos gêneros “receita”, “bula”, “manual” e “contrato jurídico”, com o intuito de delinear as possibilidades de leitura, advindas das instruções. Conjuga-se a importância desses enunciados com as diferentes formas de instruir, pelos produtores e as possíveis leituras dos textos, pelos seus destinatários. Como aporte teórico principal, elege-se a teoria dos atos de fala, por configurar a existência de diferentes ações, que, ao serem percebidas pelos interlocutores, indicam formas

¹ O artigo é um resumo da tese intitulada “Os atos de fala nos textos instrucionais: uma proposta de leitura a partir da perspectiva interlocutiva”, podendo ser encontrada no acervo digital de teses e dissertações da UERJ.

* Sobre a autora ver página 139.

de acatamento dos comandos, configurando diferentes “ações” linguísticas. As referências teóricas principais refletem os pensamentos de Austin (1962) e Searle (2002).

PALAVRAS-CHAVE: Atos de fala. Textos instrucionais. Leitura. Sentidos.

ABSTRACT

This paper aims to show the different presentations of the instructions in the genres “cooking recipe”, “medicine instructions”, “manual” and “legal contract”, in order to outline the possibilities of reading, which result of the instructions. The study combines the importance of these statements with the different forms of teaching used by the writers and the possible readings of texts by their readers. As the main theoretical contribution, this paper elects the theory of speech acts and its proposal of the existence of different actions, which indicate compliance of the form of commands when perceived by the interlocutors, setting different linguistic actions. The main theoretical references reflect the thoughts of Austin (1962) and Searle (2002).

KEYWORDS: *Speech Acts. Instructional texts. Reading. Senses.*

1 Introdução

Os textos instrucionais, por configurarem enunciados importantes no desempenho de tarefas ordinárias, são instrumentos na realização de processos facilitadores para solucionar algumas necessidades costumeiras. Entretanto, por apresentarem maiores ou menores riscos na realização das instruções, estipula-se que existem formas diferenciadas de elaborar e de executar esses comandos.

A teoria dos atos de fala, inicialmente desenvolvida por John Austin e, posteriormente, por John Searle, pode oferecer subsídios analíticos valiosos na elucidação dos meios pelos quais os indivíduos são instruídos, nos gêneros com essa finalidade. Elegem-se a receita, o manual, a bula e o contrato jurídico como gêneros predominantemente instrucionais que configuram, por suas especificidades, modos de instruir e de executar os comandos diferenciados.

A utilização dos postulados teóricos de Austin (1962), ao delimitar formas de ações nos níveis da mensagem, do locutor e do interlocutor e a análise das intenções comunicativas dos enunciados, a partir do que intencionam os locutores, como postulado por Searle (1981), constituem contribuições importantes na consideração dos atos de fala, comuns às instruções.

O presente artigo se propõe a conjugar esses dois autores, cujos conceitos teóricos preconizam detalhamentos importantes para análise dos textos instrucionais. A partir das categorias analíticas subjacentes aos corpora escolhidos, propõe-se mostrar perspectivas discursivas que podem elucidar acerca do entendimento dos modos de processamento dos sentidos, a partir da superfície enunciativa desses textos.

2 Principais conceitos desenvolvidos na teoria dos atos de fala

Na presente seção, debruçamo-nos sobre alguns conceitos fundamentais, desenvolvidos no seio da teoria dos atos de fala, sendo as contribuições de Austin (1962) e Searle (1981; 2002) importantes recortes analíticos a serem considerados².

A caracterização dos atos de fala, de acordo com o que desenvolveu Austin (1962), passou por alguns estágios de aprofundamento do que o autor considerou como primado essencial o fator da “ação”, sendo esse um componente discursivo da comunicação entre os pares. Traçaremos alguns momentos das etapas vivenciadas pelo autor, que culminaram com o desenvolvimento de pontos centrais dessa corrente teórica. Partindo também dos postulados analíticos de John Austin, Searle (1981; 2002) desenvolve outras questões inerentes à propriedade acionista da linguagem, sendo as perspectivas de ambos os autores conceitos teóricos a serem apropriados no presente artigo, com a finalidade de demonstrar possíveis formas de processamento dos sentidos, por meio dos textos instrucionais.

² Não é nossa intenção demonstrar detalhes amplos da teoria dos atos de fala, antes, nos ocuparemos de fazer menção aos principais conceitos desenvolvidos e utilizados na demonstração da perspectiva de análise dos textos instrucionais.

Austin (1962) detecta a propriedade acionista da linguagem, ao distinguir, primeiramente, os verbos performativos, que seriam responsáveis por manifestar ação dos indivíduos, quando esses se deparassem com situações comunicativas específicas. O autor menciona o ato de “declarar” o réu condenado, no contexto comum a um “julgamento judicial”, como exemplo de verbo com essa propriedade acionista imanente.

No entanto, ao verificar que os posicionamentos dos falantes, em outras esferas contextuais da linguagem também tinham como propriedade a ação, dimensionou-se outras esferas acionistas. O autor destaca não apenas a possibilidade da ação por meio dos verbos performativos, mas sim, destaca três tipos de atos possíveis, a partir do que denominou por camadas “locucionária”, “ilocucionária” e “perlocucionária”. Esses três níveis centrariam a ação no plano material, na intenção comunicativa do falante e na reciprocidade do interlocutor, ao identificar as intenções de seu locutor. Sobre esses três componentes interlocutivos, Austin (1962, p. 109), faz a seguinte afirmação:

Nós primeiro distinguimos um grupo de coisas que fazemos ao dizer algo, e fazemos um ato locucionário, que corresponde a proferir uma determinada sentença com um certo sentido e referência, que novamente é equivalente ao que concebemos como “sentido”, no sentido tradicional. Segundo, nós também podemos realizar atos ilocucionários como informar, fazer um pedido, uma advertência, etc., ou seja, expressões que têm uma certa força convencional. Em terceiro lugar, também podemos realizar atos perlocucionários: o que se quer conseguir por dizer algo, como convencer, persuadir, e até, digamos, outras consequências surpreendentes. Aqui nós temos três, senão mais, sentidos diferentes ou dimensões do “uso de uma frase” ou de “uso de Como fazer coisas com palavras na língua” (e, claro, existem outros também). Todos esses três tipos de “ações” são concebidos como cursos de ações [...] (tradução nossa)

A fala do autor demarca a existência de sentenças que se enquadram nos níveis: do “dizer algo”, sendo seus valores referenciais mais ressaltados, do “intencional”, cujos sentidos são percebidos por meio da intencionalidade

do locutor ao pedir, solicitar, informar, etc., e do “relativo ao intencional”, que é efeito do que é percebido pelo interlocutor, ao interpretar as intenções do locutor da mensagem. Para detectar os três níveis, Austin (1962) analisou a linguagem usada pelos falantes no cotidiano de suas necessidades interativas, dimensionando esses três níveis em situações contextuais reais, promotoras desses efeitos de sentido.

Se a linguagem tem em comum essas gamas de ações linguísticas, a pesquisa de Searle (1981), por outro lado, acrescentou outros conceitos e categorias importantes, relacionados às esferas ilocutórias postuladas por Austin (1962). Para esse segundo autor, em cada enunciado prevalecerá certa “força ilocutória”, que deverá ser assumida pelos interagentes, nas situações concretas de uso da linguagem. A força ilocutória das mensagens em seus diferentes contextos de uso está relacionada ao nível ilocucionário vislumbrado por Austin (1962), pois a partir das intenções dos falantes, demonstrando posicionamentos discursivos diferenciados, mensuram-se as intenções dos indivíduos, imbuídos de comunicar algo.

Searle (1981) dimensionou que a intenção de descrever, perguntar, coagir, cumprimentar, solicitar, ratificar, comprometer-se, entre outras ações, oriundas do plano ilocucionário é percebida por meio da detecção da força ilocutória das mensagens, dentro das situações contextuais. Desse modo, para o autor

[...] o marcador de força ilocucional indica o modo pelo qual é preciso considerar a proposição, isto é, qual será a força ilocucional a atribuir à enunciação; ou, ainda, qual é o ato ilocucional realizado pelo falante quando profere a frase. (...) Posso indicar o tipo de acto ilocucional que realizo, começando a frase com “Peço desculpa”, “advirto”, “afirmo”, etc. Frequentemente, nas situações concretas de discurso, é o contexto que permitirá fixar a força ilocucional da enunciação, sem que haja necessidade de recorrer ao marcador explícito apropriado (SEARLE, 1981, p. 43-44).

A afirmação de Searle (1981) indica que a caracterização dos atos ilocucionários, tal qual postulado por Austin (1962) pressupõe o

conceito de “força ilocucionária”, sendo ele um fator importante dentro desse aporte teórico. As forças ilocutórias são reconhecidas por Searle (1981), quando esse autor faz menção aos “atos de fala indiretos”, como exemplos de enunciados refletores de forças ilocutórias que precisam ser interpretadas, de acordo com a intenção dos falantes.

Os atos de fala indiretos são ações que, mascaradas superficialmente por uma intenção primária, refletem em uma caracterização mais completa a atitude dos falantes. A força ilocutória permite aos interlocutores perceberem a real intenção dos falantes, detectando os supostos atos de fala indiretos, relacionados ao ilocucionário. Desse modo, é comum o uso de declarações, que são atos locucionários, com o intuito de persuadir, ou de perguntar para a finalidade de ordenar, sendo esses atos produtos da intenção, refletindo atos ilocucionários.

Tanto Austin (1962), ao dimensionar os diferentes níveis de atos de fala, quanto Searle (1981), ao salientar a existência de atos de fala indiretos, preconizam o fato de que a propriedade acionista da linguagem é apenas diferenciada pelos interlocutores, tendo em vista o contexto em que ele se realiza, assumindo, tacitamente, determinado uso concreto da linguagem. Com respeito a isso, os sentidos atribuídos aos efeitos dos atos de fala são avaliados pelos interlocutores, apenas mediante os tipos de conhecimentos, contextos e objetivos de uso da linguagem, estando relacionados, portanto, aos gêneros discursivos em que se encontram.

Para o presente artigo, a presença das forças ilocutórias, à luz das características dos textos instrucionais, permite-nos categorizar, por exemplo, os possíveis atos de fala inerentes a esses textos, que serão delineados pela identificação dos atos ilocutórios.

Com respeito à sistematização dos atos de fala que compõem os enunciados, a verificação dos níveis locucionário, ilocucionário e perlocucionário, conforme Austin (1962), demonstra as possíveis “gammas” de repercussão interlocutiva de um mesmo ato de fala. Muitas vezes, a força ilocutória de uma advertência precisa ser assumida no perlocucionário, que é o nível que contempla a atitude do interlocutor sobre o que é dito como tal, principalmente se ela desencadear um ato de fala indireto.

Dadas as perspectivas acionistas do ilocucionário e perlocucionário, postulamos que os textos são processados, cognitivamente, mediante a atitude do locutor, ao expor suas intenções e do interlocutor, ao acolher (ou não) essas intenções. As consequências dessas duas esferas de ação para a análise dos sentidos na leitura tornam-se importantes, pois, na medida em que as intenções são detectadas, haverá maior ou menor reciprocidade dos interlocutores, na manutenção das intenções iniciais dos locutores.

Os textos de natureza instrucional, que corroboram uma atitude enunciativa atrelada ao acatamento de comandos para determinada finalidade irá propiciar, de acordo com a natureza do gênero em que as instruções aparecem, formas de acolhimento dos procedimentos diferenciadas, no perlocucionário. A contribuição de Austin (1962), ao mensurar os níveis ilocutórios é, portanto, fundamental para a exposição dos propósitos comunicativos, inerentes às ações estipuladas nos textos instrucionais. Por outro lado, Searle (2002), ao categorizar os atos de fala e abordar conceitos como os concernentes à força ilocutória e aos atos de fala indiretos, também oferece instrumentos que nos auxiliarão, principalmente, na classificação dos enunciados característicos dos textos instrucionais.

Desta forma, também mencionamos a contribuição de Searle (2002), ao diferenciar, a partir do esquema categórico de atos de fala de ações similares, tipos acionistas que podem ser divididos de acordo com seus propósitos comunicativos. O autor divide os atos de fala em cinco grandes grupos, a saber: assertivos, diretivos, compromissivos, expressivos e declarações. Os assertivos são aqueles evidenciados a partir do desejo do falante por afirmar um conteúdo como verdadeiro – nesse sentido, as declarações são exemplos de atos de fala inseridos nesse grupo –. Os diretivos são os atos de fala que subjazem o desejo do falante em determinar um posicionamento de seu ouvinte, podendo evidenciar uma tentativa tênue, como uma sugestão ou mais contundente, como uma ordem. Os compromissivos são aqueles indicadores de promessas que são feitas pelos falantes, com o intuito de comprometer-se futuramente

com os interlocutores. Os expressivos exprimem as diferentes gamas emotivas dos falantes, podendo ser relacionadas também aos níveis impositivos dos diretivos. Para finalizar, as declarações constituem os atos performativos, como identificados por Austin (1962), que, ao serem pronunciados em situações contextuais específicas, mudam a condição exterior à linguagem, apenas pelo seu pronunciamento.

Por se tratar da análise de textos que se propõem a instruir, torna-se importante a consideração da categoria diretiva, por diferenciar atos de fala que possuem como característica comum a tentativa de fazer com que os interlocutores se posicionem, como postulado por Searle (2002). De acordo com o autor, essa categoria

Consiste no fato de que são tentativas (em graus variáveis e, por isso são, mais precisamente, determinações do determinável que inclui tentar) do falante de levar o ouvinte a fazer algo. Podem ser tentativas muito tímidas, como quando o convidado a fazer algo ou sugiro que faça algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo. (SEARLE, 2002, p. 21)

Com respeito à colocação do autor, nesse caso, os gêneros instrucionais indicarão forças ilocutórias distintas para a exposição de determinado procedimento, o que evidenciará “macroatos” intrínsecos à utilização de cada um dos enunciados pesquisados. Por isso, as características de uso dos gêneros podem corporificar, discursivamente, macroatos interlocutivos tais como de “sugestão”, “advertência”, “precaução” e “imposição”, como defendemos. Esses macroatos, delineados de acordo com as peculiaridades de uso dos gêneros, estão inseridos dentro da categoria “diretiva”, conforme mostrada por Searle (2002). Dadas tais peculiaridades, o presente artigo se propõe a fazer uma mostra analítica das ações possíveis nos gêneros escolhidos, a fim de verificar, dentro das atribuições dos atos de fala, como os comandos podem ser processados, pelos interlocutores.

Essa constatação decorre do fato de que as ações, nos textos instrucionais, estarão ligadas, por fim, ao modo como os interlocutores

perceberão os sentidos expressos nos gêneros e determinará questões tais como o “acatamento dos procedimentos” e as “condições que mostram como as informações são assumidas e estipuladas”, no curso da interação.

Dados os esclarecimentos quanto à aplicabilidade do aporte teórico e dos conceitos desenvolvidos por Austin (1962) e Searle (1981; 2002), nos debruçaremos na demonstração dos exemplos, retirados dos *corpora* da pesquisa, com o intuito de desenvolver uma perspectiva analítica que possa mostrar alguma das possíveis formas de assimilação dos sentidos, a partir das instruções.

3 Análise do *corpus*

Os quatro exemplos a serem mostrados em seguida indicam procedimentos que, ao serem efetuados, podem promover o alcance dos objetivos de uso dos gêneros aos quais eles estão inseridos. Nesse caso, a elaboração de um prato culinário estará relacionada ao atendimento dos procedimentos indicados na receita. O mesmo ocorre no acolhimento das instruções nos demais gêneros. Entretanto, pretendemos mostrar que, embora os comandos sejam o ponto comum materializado na superfície dos textos, os modos como as instruções são delineadas configurarão atos de fala diferenciados.

As receitas, os manuais, as bulas e os contratos, por suas especificidades funcionais, corroboram modos de elaborar e de acatar as instruções diferenciadas. A teoria dos atos de fala, na indicação dos planos ilocucionário e perlocucionário, assim como da categorização das ações, de acordo com suas categorias distintivas, pode evidenciar essa perspectiva discursiva. Tais concepções quanto aos dados linguísticos constituem, por conseguinte, fator importante para o delineamento dos modos de perceber os sentidos, durante a leitura dos textos instrucionais.

Com a finalidade de atender às perspectivas ora apresentadas, passamos à análise dos dados.

Feijoada

Ingredientes

1 Kg de feijão preto

100 g de carne seca

70 g de orelha de porco

70 g de rabo de porco

70 g de pé de porco

100 g de costelinha de porco

50 g de lombo de porco

100 g de paio

150 g de lingüiça portuguesa (...)

Coloque as carnes de molho por 36 horas ou mais, vá trocando a água várias vezes, se for ambiente quente ou verão, coloque gelo por cima ou em camadas frias

Coloque para cozinhar passo a passo: as carnes duras, em seguida as carnes moles

Quando estiver mole coloque o feijão, e retire as carnes

Finalmente tempere o feijão

Acompanhamentos: Couve, arroz branco, laranja, bistecas, farofa, quibebe de abóbora, baião de dois, bacon, torresmo, lingüicinha e caldinho temperado – copinhos.

O exemplo 1 refere-se a uma receita de feijoada, prato típico da culinária nacional, que possui inúmeras formas de preparo. Escolhemos a receita supracitada, por ser avaliada positivamente no site em que foi encontrada. A força ilocutória predominante para estipulação dos procedimentos no gênero é percebida, principalmente, a partir das imperativas, na parte em que se expõe o “modo de preparo”.

A parte inicial das receitas predispõe a descrição dos quantitativos e os tipos de ingredientes a serem usados, delimitando uma macroestrutura comum nesses textos. O que se pretende ressaltar, a partir do processamento dos sentidos, é que a análise das duas partes textuais, compostas por estruturas que representam dois grandes eixos ilocutórios – o descritivo, que caracteriza atos assertivos e o instrucional, os atos diretivos –, é que a interferência da pessoa que irá preparar a receita, quanto à aceitação ou à opção pelo acatamento das informações, é permitida e até “presumível”.

Essa interferência dos leitores decorre da escolha dos ingredientes, que, elencados na parte descritiva inicial, como no excerto: “*1 Kg de feijão preto, 100 g de carne seca, 70 g de orelha de porco, 70 g de rabo de porco, 70 g de pé de porco, 100 g de costelinha de porco, 50 g de lombo de porco, 100 g de paio, 150 g de lingüiça portuguesa*”, abre-se a possibilidade de algumas opções a serem tomadas pelos interlocutores, que podem, por exemplo, usar ou não esse quantitativo ou deixar de usar ou acrescentar um ingrediente. De acordo com a maior ou menor habilidade e a preferência dos interlocutores, existe uma flexibilidade quanto à escolha por usar ou não todos os ingredientes.

Na parte em que ocorre a predisposição dos procedimentos, também podemos deduzir que alguns comandos podem ser mais passíveis de acatamento, evidenciando níveis de acatamento, no perlocucionário. Instruções tais como “*Coloque para cozinhar passo a passo: as carnes duras, em seguida as carnes moles*” indicativa de um procedimento comum na elaboração de um prato culinário será mais acolhida pelos leitores do que outras. Como exemplo disso, o procedimento de “colocar as carnes de molho”, representado pela imperativa “*Coloque as carnes de molho por 36 horas ou mais, vá trocando a água várias vezes, se for ambiente quente ou verão, coloque gelo por cima ou em camadas frias*” pode não ser seguido, literalmente. De acordo com a experiência do interlocutor e até a temperatura ambiente, esse comando será mais ou menos acolhido, tendo o perlocucionário importante papel na recepção das instruções.

Com respeito a essas indicações de ações, o acatamento dos procedimentos, no perlocucionário, quanto ao uso de todos os ingredientes, por existir a opção de aumentar ou de diminuir algum deles; ou pela efetuação dos procedimentos, exatamente como é informado na parte instrucional, leva-nos a identificar o macroato de “sugestão” como elemento discursivo importante na configuração desse gênero.

Nesse caso, pode-se relacionar que as instruções expostas, textualmente, refletem, no nível de ações ilocucionárias, forças ilocutórias de menores impactos quanto ao acatamento, pelos interlocutores, se as compararmos com as forças ilocutórias pressupostas pelo acatamento dos

procedimentos nos demais gêneros estudados . Assim, a correspondência entre o que é instruído no texto e o que será, de fato, executado dependerá muito da experiência e do gosto pessoal do indivíduo que vai preparar a receita, evidenciando o caráter sugestivo das instruções.

Exemplo 2:

ATENÇÃO: Certifique-se de ter colocado corretamente o terminal “b” no pino “B” e não no pino “C”, para não queimar a resistência do produto. Fig.:3.6.

3.7 - **Acomode a parte maior da resistência no alojamento do suporte da resistência e encaixe completamente o terminal “c” no pino “C”.** Após completada a substituição, **certifique-se de que as espiras da resistência não estejam encostadas entre si e no corpo do produto.** Fig. :3.7

Para Maxi Banho, Maxi Ducha, Big Banho, Torneira T-43, Maxi Torneira 3 Temperaturas, Ducha Jet Set 3 temperaturas e Relax Luxo (...)

O exemplo 2 refere-se a um excerto retirado do manual para troca de resistência de chuveiro elétrico e informa as instruções para instalação da resistência que é específica da marca “Lorenzetti” para apenas alguns de seus produtos. No caso desse gênero, atos de fala com vistas de chamar a atenção dos interlocutores quanto aos perigos envolvidos na elaboração dos procedimentos para instalação do artefato constituem traço discursivo importante para a percepção dos sentidos textuais.

Geralmente, a palavra “atenção”, no início dos enunciados, aparece como forma de realização de um ato de fala de natureza diretiva, pois se presta a provocar o cuidado dos interlocutores, a fim de que as instruções subsequentes sejam feitas, adequadamente. As peculiaridades de emprego dessa palavra mostra que ela pode ser entendida como própria para acarretar o diretivo, já que poderia ser interpretada como realizando o seguinte ato indireto: “tenha muita atenção/cuidado ao efetuar os seguintes procedimentos”. Por isso, esse ato, no ilocucionário, se presta a desencadear, no perlocucionário, a precaução dos interlocutores ao efetuar os procedimentos de manuseio do artefato.

Fator interessante quanto ao uso de palavras como “atenção” ou “cuidado” é que esses vocábulos, por refletirem a emotividade do locutor do texto, caracterizam frases exclamativas, já que se prestam a acentuar uma preocupação quanto aos perigos advindos da realização dos procedimentos que se seguem no texto. Assim, embora não possuindo um verbo no imperativo, os avisos prestam-se também a desencadear atos ilocutórios tais como plausíveis nos procedimentos como “ter atenção”, “ter cuidado”. Por isso, pode-se afirmar que, já no início do texto, realizam procedimentos que serão retomados também nas instruções subsequentes a eles.

Após a configuração desse ato de fala inicial, de caráter diretivo, dá-se a predisposição dos procedimentos com vistas a instruir sobre o modo adequado para manuseio do artefato. Já nessas partes, os procedimentos são feitos por meio de frases tradicionalmente caracterizadas como imperativas, tais como as estipuladas nas sequências: *“Certifique-se de ter colocado corretamente o terminal “b” no pino “B” e não no pino “C”, “Acomode a parte maior da resistência no alojamento do suporte da resistência e encaixe completamente o terminal “c” no pino “C” e “certifique-se de que as espiras da resistência não estejam encostadas entre si e no corpo do produto”.*

O elencamento dos comandos é, portanto, parte da ação desencadeada pelo ato de fala inicial, pressuposto pelo aviso no começo do exemplo. Essa estruturação textual dos atos de fala – com a advertência inicial e os comandos a serem executados para manuseio do artefato – constitui uma forma de estruturação textual comum ao gênero.

O que pode ser entendido, quanto à predisposição de tarefas, preconizadas pelo emprego das instruções, poderia ser resumido pela percepção de procedimentos, tais como: “atente”, “tenha cautela”, estipulados por frases exclamativas e seguidos de outras instruções como “troque”, “acomode”, “encaixe”, etc.

Sobre a percepção dos sentidos que idealizam a elaboração do objetivo final do texto, pode-se dizer que o acatamento, no perlocucionário, da instrução inicial pressuposta pela palavra “atenção”, já indica um tipo de procedimento, que se propõe a mostrar ao interlocutor a necessidade

de realizar as instruções com muito cuidado. Podemos destacar, em relação aos atos de fala organizados nos manuais, que o uso de condições para a segurança, no manuseio de alguns artefatos, constitui um fator discursivo importante na percepção dos sentidos.

Nesse caso, as instruções são materializadas por meio de frases imperativas que denotam procedimentos delimitadores de tarefas e que precisam ser acatados todas as vezes que o produto for manuseado. Por isso, o macroato de atenção pode ser evidenciado por meio do nível de periculosidade envolvido na efetuação dos procedimentos.

Exemplo 3:

Dose Omitida:

Caso o paciente esqueça de administrar SERENATA (cloridrato de sertralina) no horário estabelecido, pode fazê-lo assim que lembrar. Entretanto, se já estiver perto do horário de administrar a próxima dose, deve desconsiderar a dose esquecida e utilizar a próxima. **Neste caso, o paciente não deve utilizar a dose duplicada para compensar doses esquecidas. O esquecimento de dose pode comprometer a eficácia do tratamento.**

Superdosagem

Conforme as evidências disponíveis, o cloridrato de sertralina tem ampla margem de segurança em superdose. Foram relatadas superdose com cloridrato de sertralina isoladamente em doses de até 13.5 g. Também foram relatadas mortes envolvendo superdose com cloridrato de sertralina principalmente em associação a outros fármacos e/ou álcool. Portanto, qualquer superdose deve ser tratada rigorosamente. **Os sintomas de superdose incluem: efeitos adversos mediados pela serotonina, tais como sonolência, distúrbios gastrintestinais (como náusea e vômitos), taquicardia, tremor, agitação e tontura.**

O exemplo 3, retirado de uma bula de medicamento controlado, necessita de muita atenção quanto ao seu uso. A parte mostra os procedimentos a serem feitos em caso do paciente não ter tomado o remédio na hora certa e também dos cuidados em caso de haver superdosagem.

O fragmento “*Neste caso, o paciente não deve utilizar a dose duplicada para compensar doses esquecidas. O esquecimento de dose pode comprometer a eficácia do tratamento*” representa a instrução que deve ser feita em caso da pessoa ter se esquecido de tomar o remédio. Embora essa instrução deva ser obedecida pelo indivíduo que vai ingerir o medicamento, não existe um direcionamento desse procedimento a esse interlocutor, de modo que a instrução poderia ser entendida, por exemplo, pela imperativa “*não tome duas vezes a dose do medicamento*”. Contudo, o locutor opta por se referir ao “paciente” e esse termo pode evidenciar um campo semântico coadunado ao domínio discursivo próprio da Medicina, de modo a evidenciar que a instrução é, possivelmente, dirigida ao médico que receitou o remédio. Entretanto, quem pode ter dúvidas quanto a esse problema – se ingere ou não mais um comprimido se esquecer do horário – e procurar, na bula, qual procedimento realizar é a pessoa que está tomando o remédio e não o médico que o receitou.

O uso da terceira pessoa discursiva pode, por isso, mostrar uma indicação conflituosa do interlocutor real do texto, sendo o paciente, na realidade, o leitor das instruções. Esse mesmo tipo de indicação de procedimentos pode ser visto no excerto “*Os sintomas de superdose incluem: efeitos adversos mediados pela serotonina, tais como sonolência, distúrbios gastrintestinais (como náusea e vômitos), taquicardia, tremor, agitação e tontura*”, que mostram, de forma distanciada ao interlocutor, os casos que podem representar perigo no uso do medicamento. Sobre isso, evidencia-se que a falta de clareza do interlocutor real aos quais as instruções são dirigidas podem provocar riscos à saúde dos leitores. Desse modo, a preferência pelo uso da sequência de ações de caráter descritivo, ao delinear os sintomas certamente presta-se a provocar a suspensão no uso da droga. Entretanto, provavelmente, essa instrução é feita ao médico e não à pessoa que vai usar o medicamento em si.

Já com respeito a problemas decorrentes do uso do medicamento, outros procedimentos são predispostos no texto, como o afeito à declarativa “*Durante a administração oral dos sais de ferro pode ocorrer escurecimento das fezes, sem significado patológico*”. Nesse caso, ocorre a observação de

outro procedimento, igualmente afeito ao uso do medicamento em si, podendo esse ser compreendido pelo indivíduo que irá usar a droga. Isso demonstra a importância da indicação clara dos interlocutores aos quais as instruções precisam ser dirigidas.

Exemplo 4:

2.2. Caso o ASSINANTE do Serviço Pré-Pago não informe seus dados cadastrais, preste informações divergentes ou se negue a atualizá-los, **poderá ter seu serviço suspenso até que a situação se regularize, conforme o art. 58, §3º da Res. 477/2007 da Anatel**; 2.3. **A CLARO somente habilitará Estação Móvel que seja certificada pelo Poder Concedente** e compatível com a sua rede, sendo de inteira e exclusiva responsabilidade do ASSINANTE a origem e forma de aquisição da referida Estação Móvel, devendo, contudo, o ASSINANTE apresentar, no ato da habilitação, a competente nota fiscal de compra ou documento de regularidade fiscal.

O exemplo 4, retirado do contrato de adesão ao serviço de telefonia móvel da Claro, diz respeito à parte em que se expõe sobre a idoneidade dos clientes, ao informar os dados de cadastro. A instrução para a manutenção dos serviços telefônicos é estipulada por atos diretivos “*Caso o ASSINANTE do Serviço Pré-Pago não informe seus dados cadastrais*”. Essa instrução, assim como ocorrido no exemplo 3, também não pressupõe a existência de uma indicação clara do interlocutor a quem a informação é direcionada. Isso poderia acontecer se o procedimento fosse estabelecido como, por exemplo, pela instrução “informe seus dados cadastrais”. Entretanto, pode-se evidenciar um ato de fala indireto, como inerente ao procedimento desencadeado pela frase declarativa, mesmo sem um direcionamento instrucional claro.

Ressaltamos que, desse primeiro procedimento, dependerão serviços a serem prestados pela empresa de telefonia. O não acatamento da tarefa de informar os dados acarreta a suspensão dos serviços. Essa mesma ocorrência pode ser vista, também, pelo emprego da declarativa “*poderá ter seu serviço suspenso até que a situação se regularize, conforme o art. 58,*

§3º da Res. 477/2007 da Anatel”, que também salienta a importância de realizar essa tarefa.

Não existe, portanto, uma instrução aparente ao “interlocutor” para quem se destina a informação. O uso das declarativas, com a indicação da terceira pessoa – sempre se fala do “assinante” –, expõe, portanto, o caráter secundário do tratamento dispensado ao interlocutor, que, contudo, será o responsável pelo acatamento do que é instruído.

Por tais perspectivas, o macroato de “imposição” pode ser interpretado por meio do somatório das forças ilocutórias provenientes das declarativas, quando elas se prestam a indicar procedimentos. O tipo de macroato e as forças ilocutórias requeridas no estabelecimento das instruções constituem aspecto relevante para a percepção dos sentidos, nesse caso, estipulados a partir de atos de fala indiretos. Quanto a isso, o cumprimento dos procedimentos, ainda que feitos por meio de declarações, precisa ser entendido pelo interlocutor, assinante do contrato, que irá assumir as consequências se não acatar o que é instruído, no texto.

O contrato, assim como a bula, embora não possuindo superficialmente instruções feitas por imperativas, contém inúmeras instruções, em cada parte textual. As cláusulas, no entanto, precisarão ser entendidas de modo a evidenciar o caráter de imposição do que é direcionado. Ressalta-se, portanto, que as instruções serão procedimentos incontornáveis, dos quais dependerá o uso dos benefícios oferecidos.

Os procedimentos, elencados nos contratos e nos demais gêneros podem evidenciar, a partir das frases de finalidade instrucional, aspectos importantes na configuração do estabelecimento dos sentidos. Nessa perspectiva, o tipo textual injuntivo pode evidenciar alguns elementos discursivos relevantes, considerando os atos comportados na natureza diretiva, categoria relevante no entendimento desse modo de enunciar. A leitura, tanto no nível ilocucionário, quanto no perlocucionário destaca as intenções preconizadas pelos interesses do locutor, ao estabelecer procedimentos.

4 Considerações finais

O desempenho de tarefas, por meio de instruções, é fator comum nos textos instrucionais. Entretanto, a análise dos enunciados, à luz da natureza ilocutória do discurso, dimensiona diferentes perspectivas linguísticas para análise das instruções. O nível de imposição, relativo à atitude de instruir, será delineador de atos de fala com forças ilocutórias diferenciadas, todas inseridas na categoria diretiva, que agrupa as ações que se prestam à intenção de promover tomadas de atitude, a partir do que é dito.

As receitas culinárias, por evidenciar uma forma de instruir menos rigorosa do que as demais demonstradas, corroboram o macroato de sugestão. Já os manuais, por envolverem riscos de manuseio de produtos com especificidades técnicas apresentam, no ilocucionário, a intenção de despertar a atenção dos interlocutores, ao efetuarem os procedimentos apresentados nos textos. As bulas, por indicarem instruções que serão seguidas por interlocutores leigos, os consumidores dos produtos, e não pelos médicos, muitas vezes podem acarretar dúvidas quanto ao cumprimento dos procedimentos, sendo o macroato de prescrição afeito a essa forma enunciativa. Por fim, os contratos, ao demandarem especificidades jurídicas em suas instruções, feitas com um nível impositivo mais acentuado, corrobora um macroato de força ilocutória impositiva.

Essas perspectivas de leitura e percepção dos sentidos são possíveis mediante o atendimento das ações nas esferas ilocucionária e perlocucionária. O detalhamento desses matizes de sentido e de linguagem salienta a importância do aporte teórico escolhido como um instrumento proficiente para o estabelecimento de critérios analíticos relevantes para dimensionar a leitura dos diferentes textos.

REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard university press, 1962.

SEARLE, J. **Speech acts: an essay in the philosophy of language**. New York: Cambridge University Press, 1969.

SEARLE, J. **Os actos de fala: um ensaio de filosofia da linguagem**. Coimbra: Livraria Almedina, 1981.

SEARLE, J. **Expressão e significado: estudo da teoria dos atos de fala**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

Recebido em julho de 2014

Aceito em setembro de 2014

SOBRE A AUTORA

Hilma Ribeiro de Mendonça Ferreira é Doutora em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013), Mestre em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008) e Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é pós doutoranda pelo Programa Nacional de Pós Doutorado, pela CAPES, atuando na graduação e pós graduação em Língua Portuguesa na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Possui experiência em leitura e produção textual no Ensino Fundamental, atuando principalmente nos seguintes temas: competência em leitura e escrita, ensino gramatical, gêneros textuais, discurso e texto, entre outros.
E-mail: hilmaribeiro1976@gmail.com